

Pela República Dominicana:

José L. Morales, secretário-geral do Instituto Dominicano de Segurança Social.

Pela Bolívia:

Jorge Barrero, Subsecretário da Previdência Social.

Pela Argentina:

Santiago Manuel de Estrada, Secretário de Estado da Segurança Social, vice-presidente da Organização Ibero-Americana de Segurança Social, de acordo com acta anexa.

Pela Organização Ibero-Americana de Segurança Social:

Carlos Martí Bufill, Secretário-Geral.

Decreto do Governo n.º 86/84 de 31 de Dezembro

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovada a Convenção Ibero-Americana de Cooperação no Domínio da Segurança Social, adoptada na reunião do Comité Permanente da Organização Ibero-Americana de Segurança Social, realizada no dia 26 de Janeiro de 1978, em Quito, cujo texto original em espanhol e respectiva tradução em português vão anexos ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Novembro de 1984. — *Mário Soares* — *Carlos Alberto da Mota Pinto* — *Jaime José Matos da Gama* — *Amândio Anes de Azevedo*.

Assinado em 12 de Dezembro de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 14 de Dezembro de 1984.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

CONVENIO IBEROAMERICANO DE COOPERACIÓN EN SEGURIDAD SOCIAL

Los Gobiernos de los países que integran el área de acción de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social, con el deseo de conseguir el mejor aprovechamiento de las experiencias y esfuerzos que vienen realizando:

Considerando que los programas iberoamericanos de cooperación social revisten una importancia decisiva para el progreso y desarrollo de la seguridad social;

Considerando que los esfuerzos de cooperación de los organismos e instituciones de los países iberoamericanos tendrán mayor eficacia si están

amparados por un instrumento jurídico comunitario que fige el marco desde el cual los Gobiernos puedan favorecer, en la medida que estimen conveniente, programas concretos de colaboración recíproca,

han acordado el siguiente:

Convenio Iberoamericano de Cooperación en Seguridad Social

CAPÍTULO I

Ámbito

ARTÍCULO 1.º

El presente Convenio se aplicará a la cooperación mutua relacionada con los seguros sociales, previsión social y seguridad social en general, de conformidad con lo dispuesto en los artículos siguientes.

CAPÍTULO II

Contenido

ARTÍCULO 2.º

Intercambiar informaciones sobre legislación y normas de aplicación.

ARTÍCULO 3.º

Intercambiar experiencias sobre desarrollos prácticos, especialmente en la protección de grupos especiales y desarrollo de servicios sociales.

ARTÍCULO 4.º

Prestar asesoramiento mutuo y asistencia técnica en la planificación, organización y desenvolvimiento de servicios médicos, administrativos y técnicos relacionados con la seguridad social.

ARTÍCULO 5.º

Otorgar becas de especialización y bolsas de estancia para el estudio de aspectos concretos en el campo de la seguridad social.

ARTÍCULO 6.º

Otorgar colaboración financiera en los casos que, de común acuerdo, estimen oportuno para la transferencia de tecnología e infraestructura en los programas de seguridad social.

CAPÍTULO III

Firma y ratificación

ARTÍCULO 7.º

El presente Convenio se firmará por los plenipotenciarios o delegados de los Gobiernos en acto conjunto, que tendrá carácter fundacional.

Los países del ámbito de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social que no hayan participado en el acto de la firma fundacional podrán adherirse posteriormente.

ARTÍCULO 8.º

Las Partes Contratantes, una vez aprobado y ratificado el presente Convenio con arreglo a su propia legislación, lo comunicarán a la Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social.

CAPÍTULO IV

Aplicación

ARTÍCULO 9.º

El presente Convenio se aplicará a través de programas formulados por la Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social con arreglo a lo que, en cada caso, acuerden las autoridades competentes de las Partes Contratantes.

ARTÍCULO 10.º

El contenido de los programas, en lo que se refiere a la aportación de cada Parte Contratante, tendrá vigencia exclusivamente por el tiempo que determine en forma específica la respectiva autoridad competente.

ARTÍCULO 11.º

A los efectos de los artículos anteriores, se entenderá por autoridades competentes los ministerios, secretarías de Estado, autoridades similares o instituciones que en cada Parte Contratante tengan competencia sobre los regímenes de seguridad social.

ARTÍCULO 12.º

La Secretaría General de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social formulará anualmente una memoria sobre el desarrollo de los programas, la cual será elevada a la consideración del Comité Permanente de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social, para su evaluación.

Hecho en Quito a 26 de Enero de 1978.

Por Ecuador:

Jorge G. Salvador y Ch., Ministro de Trabajo y Bienestar Social.

Por España:

Enrique Sanchez de Leon, Ministro de Sanidad y Seguridad Social.

Por Panama:

Jorge Abadia Arias, Director General de La Caja de Seguro Social.

Por Chile:

Alfonso Serrano, Subsecretario de Previsión Social.

Por Peru:

Pedro Calosi Razzeto, Gerente de Pensiones y Otras Prestaciones Economicas del Seguro Social.

Por Honduras:

Humberto Rivera Medina, Director General del Instituto Hondureño de Seguridad Social.

Por Nicaragua:

Carlos Reyes D., Miembro del Consejo Directivo INAPS-INSS.

Por Costa Rica:

Irma Morales Moya, Miembro de la Junta Directiva de la Caja Costarricense de Seguro Social.

Por Venezuela:

Fermin Huizi Cordero, Director General del Ministerio del Trabajo.

Por Uruguay:

Alfredo Baeza, Viceministro de Trabajo y Seguridad Social.

Por Guatemala:

Alberto Arreaga Gonzalez, embajador.

Por El Salvador:

Ivan Castro, Subsecretario de Trabajo y Previsión Social.

Por República Dominicana:

José L. Morales, Secretario General del Instituto Dominicano de Seguridad Social.

Por Bolivia:

Jorge Barrero, Subsecretario de Previsión Social.

Por Argentina:

Santiago Manuel de Estrada, Secretario de Estado de Seguridad Social, Vicepresidente de la Organización Iberoamericana de Seguridad Social, de acuerdo con acta aparte.

Por la Organización Iberoamericana de Seguridad Social:

Carlos Marti Bufill, Secretario General.

Convenção Ibero-Americana de Cooperação no Domínio da Segurança Social

Os Governos dos países que integram a área de acção da Organização Ibero-Americana de Segurança

Social, no desejo de conseguir o melhor aproveitamento das experiências e esforços que vêm realizando:

Considerando que os programas ibero-americanos de cooperação social se revestem de importância decisiva para o progresso e desenvolvimento da segurança social;

Considerando que os esforços de cooperação dos organismos e instituições dos países ibero-americanos terão maior eficácia se apoiados num instrumento jurídico comunitário que estabeleça as bases a partir das quais os Governos possam favorecer, na medida em que considerem conveniente, programas concretos de cooperação recíproca,

acordaram o seguinte:

Convenção Ibero-Americana de Cooperação no Domínio da Segurança Social

CAPÍTULO I

Âmbito

ARTIGO 1.º

A presente Convenção será aplicável à cooperação mútua relacionada com os seguros sociais, previdência social e segurança social, em conformidade com o disposto nos artigos seguintes.

CAPÍTULO II

Conteúdo

ARTIGO 2.º

Proceder ao intercâmbio de informações sobre legislação e normas de aplicação.

ARTIGO 3.º

Proceder ao intercâmbio de experiências relativas a iniciativas práticas, especialmente no tocante à protecção de grupos especiais e acção de serviços sociais.

ARTIGO 4.º

Prestar ajuda mútua e assistência técnica na planificação, organização e desenvolvimento de serviços médicos, administrativos e técnicos relacionados com a segurança social.

ARTIGO 5.º

Conceder bolsas de especialização e ajudas de custo para o estudo de aspectos concretos no campo da segurança social.

ARTIGO 6.º

Conceder apoio financeiro nos casos que, de comum acordo, sejam considerados oportunos, para efeitos de transferência de tecnologia e infra-estruturas nos programas de segurança social.

CAPÍTULO III

Assinatura e ratificação

ARTIGO 7.º

A presente Convenção será assinada pelos plenipotenciários ou delegados dos Governos em acto conjunto, que terá carácter institucional.

Os países do âmbito da Organização Ibero-Americana de Segurança Social que não tenham participado no acto de assinatura institucional poderão aderir posteriormente.

ARTIGO 8.º

As Partes Contratantes, uma vez aprovada e ratificada a presente Convenção em conformidade com a sua própria legislação, comunicarão o facto ao Secretariado-Geral da Organização Ibero-Americana de Segurança Social.

CAPÍTULO IV

Aplicação

ARTIGO 9.º

A presente Convenção será aplicável através de programas preparados pelo Secretariado-Geral da Organização Ibero-Americana de Segurança Social em conformidade com o que, caso a caso, seja acordado pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

ARTIGO 10.º

O conteúdo dos programas, no que se refere ao contributo de cada Parte Contratante, vigorará exclusivamente pelo tempo que, de forma específica, a respectiva autoridade competente determine.

ARTIGO 11.º

Para efeitos dos artigos anteriores, entende-se por autoridades competentes os ministérios, secretarias de Estado, autoridades equiparadas ou instituições que em cada Parte Contratante detenham competência no domínio dos regimes de segurança social.

ARTIGO 12.º

O Secretariado-Geral da Organização Ibero-Americana de Segurança Social elaborará anualmente um relatório sobre o cumprimento dos programas, o qual será submetido à consideração do Comité Permanente da Organização Ibero-Americana de Segurança Social, para apreciação.

Feita em Quito em 26 de Janeiro de 1978.

Pelo Equador:

Jorge G. Salvador y Ch., Ministro do Trabalho e Bem-Estar Social.

Pela Espanha:

Enrique Sanchez de Leon, Ministro da Saúde e Segurança Social.

Pelo Panamá:

Jorge Abadia Arias, director-geral da Caixa de Seguro Social.

Pelo Chile:

Alfonso Serrano, Subsecretário da Previdência Social.

Pelo Peru:

Pedro Calosi Razzeto, gerente de pensões e outras prestações económicas do seguro social.

Pelas Honduras:

Humberto Rivera Medina, director-geral do Instituto Hondurenho de Segurança Social.

Pela Nicarágua:

Carlos Reyes D., membro do Conselho Directivo JNAPS-INSS.

Pela Costa Rica:

Irma Morales Moya, membro da Junta Directiva da Caixa Costa-Riquenha de Seguro Social.

Pela Venezuela:

Fermin Huizi Cordero, director-geral do Ministério do Trabalho.

Pelo Uruguai:

Alfredo Baeza, Vice-Ministro do Trabalho e Segurança Social.

Pela Guatemala:

Alberto Arreaga Gonzalez, embaixador.

Pelo Salvador:

Ivan Castro, Subsecretário do Trabalho e Previdência Social.

Pela República Dominicana:

José L. Morales, secretário-geral do Instituto Dominicano de Segurança Social.

Pela Bolívia:

Jorge Barrero, Subsecretário da Previdência Social.

Pela Argentina:

Santiago Manuel de Estrada, Secretário de Estado da Segurança Social, vice-presi-

dente da Organização Ibero-Americana de Segurança Social, de acordo com a acta anexa.

Pela Organização Ibero-Americana de Segurança Social:

Carlos Marti Bufill, Secretário-Geral.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DA SAÚDE, DA AGRICULTURA, DO COMÉRCIO E TURISMO E DA QUALIDADE DE VIDA.

Decreto-Lei n.º 402/84

de 31 de Dezembro

É inegável, por evidente, a grande importância que a carne picada fresca tem ganho nos últimos anos na dieta alimentar em todo o mundo e, portanto, também no nosso país, mercê de várias circunstâncias.

Assim é que, face a um tão significativo aumento do consumo de carne picada fresca, se torna indispensável regular alguns aspectos da sua preparação e comercialização no sentido de impor padrões de qualidade aceitáveis, que entre nós, infelizmente e por enquanto, deixam bastante a desejar.

Com efeito, a carne picada fresca, pelas suas características, é um produto particularmente susceptível de se tornar perigoso sob o ponto de vista da higiene alimentar.

E isto porque quando uma carne, embora sã ou mesmo estéril em profundidade, é fraccionada não só se vão eliminando as camadas protectoras exteriores como se tornam maiores os riscos de contaminação microbiana por via do aumento das superfícies de corte em contacto com o meio ambiente.

Mas se, avançando um pouco mais, pensarmos no granulado característico da carne picada, nível a que as células são dilaceradas, as fibras musculares destruídas, aumentando o exsudado e, consequentemente, acrescidos os factores predisponentes para a sua rápida alteração, fácil será chegar à ideia, já acima afluída, de que se trata, agora por maioria de razão, de um produto muito sensível e deteriorável e em que os processos de maturação clássica sofrem também grandes modificações.

Tendo sido já aprovado pelo Decreto-Lei n.º 261/84, de 31 de Julho (anexo III), o Regulamento das Condições Higiénicas a Observar na Preparação de Carnes Picadas para Consumo Público, preparadas industrialmente, o presente diploma destina-se a definir as condições a que deverá obedecer a preparação e venda de carne picada fresca para consumo humano.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Âmbito do diploma)

A preparação e a comercialização da carne picada fresca destinada ao consumo humano passam a obedecer ao disposto no presente diploma.